

Processo Seletivo de Monitoria 2024

Disciplina: Direito Processual Penal I

PROIBIDA A CONSULTA A QUALQUER MATERIAL. PROVA DISSERTATIVA.

Questão 1. O artigo 3o-A do CPP dispõe que “O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase da investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação”. Disserte sobre o sistema processual acusatório, abordando sua história e suas características (principais e acessórias).

Questão 2. Em 24-08-2023, nos autos da ADI 6.298, o STF declarou a constitucionalidade do art. 3º-B, caput, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 13.964/2019 (juiz das garantias) - STF, ADI 6298/DF, Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, j. 24-08-2023, p. DJE 25-08-2023. Disserte sobre o juiz das garantias, indicando sua competência na fase da investigação preliminar e relacionando-o com, no mínimo, dois princípios constitucionais que orientam o processo penal brasileiro.

Questão 3. Caio, auditor, ao constatar fraude no pagamento de boleto no mês de setembro de 2019, em prejuízo da empresa X, lavrou boletim de ocorrência, imputando crime de estelionato a Mévio, funcionário responsável pelo setor de contas a pagar. Do Boletim de Ocorrência instaurou-se inquérito policial, sendo certo que o representante legal da empresa vítima, ao ser ouvido, afirmou não ter qualquer interesse na investigação, já que o suposto prejuízo foi totalmente ressarcido pelo então

funcionário. Finalizado o Inquérito Policial, Mévio veio a ser denunciado, em 2021, pelo Ministério Público, por crime de estelionato (sancionado com pena privativa de liberdade de reclusão de 1 a 5 anos) não sendo ofertado o acordo de não persecução penal, sob a escusa de que, em seu interrogatório policial, Mévio teria negado os fatos, embora tenha ressarcido o prejuízo. Agiu corretamente o Ministério Público? Apresente sua resposta de maneira fundamentada.